

“É a paga!” Rui Barbosa, os capangas e a herança abolicionista.

(1889-1919)

Wlamyra Albuquerque¹

Mal começou o ano de 1901, era o dia 1º de janeiro, e Rui Barbosa já publicava suas observações sobre o tão aguardado e celebrado século XX. Em poucas linhas - algo incomum, dada a sua famosa prolixidade - ele equilibrou os ganhos do mundo oitocentista com as expectativas em relação ao futuro. Indiferente ao *frisson* vigente, disse não haver motivos para euforia simplesmente porque começava o novo século. As demarcações temporais são delimitações fictícias, assinalam datas: nada mais, lembrava aos leitores. Como um professor de história desconfiado do sentido da cronologia, ensinava que o desenvolvimento humano ocorre por durações irregulares, vagas, indefinidas. Depois de contabilizar perdas do século XIX passou a celebrar os ganhos, dentre eles, o que classificava como a maior reforma social do Brasil, o fim da escravidão.²

De fato, nem tudo era novo no século XX. Abolição foi palavra tão recorrente no vocabulário de Rui Barbosa quanto o era na década de 1880, quando esteve fortemente engajado na campanha pelo fim da escravidão. Se seguirmos a sua lição sobre mudança histórica vale perguntar sobre a conexão possível entre o treze de maio e o futuro nacional que, apesar da sua falta de entusiasmo, esperava-se que fosse redentor. Ao longo de toda a sua vida política republicana, a abolição foi episódio insistentemente atualizado, útil para compor a lista das grandes reformas oitocentistas e indispensável para organizar a trajetória desse homem público, pautada na defesa dos interesses nacionais e da liberdade. É verdade que a participação de Rui, como representante diplomático do Brasil na Conferência de Paz de Haia, em 1907, costuma ser destacada como seu maior feito. Mas ele próprio ao estabelecer a abolição como o ponto de partida para a entrada do país numa nova era, fazia questão de ressaltar o quanto colaborou para o futuro que se descortinou com o abolicionismo. Quando, em 1909, se

¹ Professora do Departamento de História/ Universidade Federal da Bahia. Esta pesquisa está em andamento e conta com apoio do CNPQ. Agradeço a colaboração dos graduandos de história Renata Pinheiro e Daniel Vital e aos colegas da linha de pesquisa *Escravidão e Invenção da liberdade*/ UFBA, a Adriana Albert e Rogério Rosa pelo comentários e sugestões para este texto.

² Rui Barbosa, “século XX”, 1 de janeiro de 1901, disponível em www.casaderuibarbosa.gov.br

lançou candidato à presidência da República a sua militância abolicionista foi bastante enfatizada.

Ele ocupava àquela época posição destacada na cena pública: era vice-presidente do Senado e depois da morte de Machado de Assis, foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras.³ Ainda assim resolveu se lançar noutra eleição muito mais arriscada e emocionante. A decisão de concorrer à presidência da República foi tomada em resposta ao apoio governista à candidatura do Marechal Hermes, militar e sobrinho de Deodoro da Fonseca, com ampla base no Exército.⁴ Conta Luís Viana que a aversão ao comando dos militares reuniu em torno de Rui Barbosa jovens e talentosos políticos, comerciantes e intelectuais. A tradição bacharelesca da já velha geração de 1870 formada nas faculdades de Direito de Recife e São Paulo tinha naquele jornalista, jurista e político a sua melhor representação.⁵ No mais, desde o governo Floriano Peixoto que Rui Barbosa fazia grande objeção à presença militar no governo, denunciando o que julgava ser arbitrariedades que negavam os princípios republicanos.⁶ E foi assim empenhado em alertar aos eleitores acerca dos riscos que o país corria sob o comando do exército, que ele se utilizou da sua trajetória como abolicionista e republicano para concorrer à vaga de presidente. Civilista passou a ser, então, adjetivo repetido nos jornais da oposição, durante a tumultuada disputa eleitoral de 1910, para realçar o ranço

³ Machado de Assis faleceu em setembro de 1908 deixando vaga a presidência da Academia Brasileira de Letras.

⁴ A candidatura de Hermes da Fonseca se tornou possível depois que João Pinheiro, governador de Minas Gerais, predileto na sucessão do presidente Afonso Pena, faleceu em 1908. A segunda opção dos governistas era o ministro das finanças, Davi Campista, mas o seu nome não foi bem recebido nem mesmo entre seus correligionários. Rui Barbosa foi um dos que se pronunciou contra sua candidatura argumentando que lhe faltavam experiência política e autoridade. Surge então a candidatura de Hermes da Fonseca com forte apoio dos militares. Sobre os episódios político-partidários da época ver, por exemplo, Edgar Carone, *A República Velha – instituições e classes sociais*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1977; José Murilo de Carvalho. *A formação das almas – o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Marcos Luiz Bretas, *A guerra nas ruas – povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997; Cláudia Viscardi, *O Teatro das oligarquias – uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

⁵ Luís Viana Filho, *A Vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 392. Sobre o liberalismo de Rui Barbosa ver: João Felipe Gonçalves. *Rui Barbosa, pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000; José Murilo de Carvalho, “Rui Barbosa e razão clientelista”, in. *Dados*, v.43, nº, 2000. Sobre bacharelismo e a geração de 1870, deve-se consultar Ricardo Salles, *Nostalgia imperial – a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; Ângela Alonso, *Idéias em movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁶ Rui Barbosa, *Finanças e política da República- discursos e escritos*. Brasília: Companhia Impressa, s/d.

militar e pouco democrático da candidatura Hermes da Fonseca.

“O país ficara em ebulição. Ninguém permanecerá indiferente”, dirá Luís Viana Filho.⁷ Era a primeira vez que a corrida pela presidência ganhava dimensões nacionais ou pelo menos extrapolava os gabinetes das lideranças paulistas e mineiras. Na inédita mobilização eleitoral os civilistas previram recepções, conferências, *meetings* e encontros reservados com lideranças locais no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais em busca de apoio e, evidentemente, votos.

No dia 16 de dezembro de 1909, no embarque do Rio de Janeiro para São Paulo, muitos partidários, curiosos, jornalistas e admiradores avulsos foram se despedir de Rui Barbosa. Na época, o alvoroço provocado pelo embarque e desembarque de alguém dava a medida da sua importância política. No romance *Numa e a ninfa*, ambientado justamente na disputa presidencial de 1910, Lima Barreto dimensiona estas cerimônias de despedida ou recepção como ocasiões nas quais “é preciso que os poderosos sintam que gravitamos em torno deles, que nenhum ato íntimo da sua existência nos é estranho.”⁸ A multidão que compareceu à estação de trem para ver o início da excursão civilista impressionava; traduzia a expectativa pela disputa entre o militar e o jurista, mas este sabia que tinha poucas chances de contrariar o viciado jogo eleitoral da época. Ao se candidatar, Rui teria afirmado: “Eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória não me convidavam, nem eu aceitaria; mas como é para a derrota, aceito. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará.”⁹ E assim se fez. Hermes da Fonseca venceu com larga margem de votos. Apesar de malfadadas as campanhas presidenciais de Rui Barbosa (ele voltaria a concorrer em 1919) foram muito úteis para dar visibilidade a certas perspectivas e ações políticas em circulação no pós-abolição. Assuntos espinhosos vieram à baila. Dentre eles a disputa pelo legado abolicionista e a participação dos homens de cor na vida política do Brasil republicano.

⁷ Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*, p. 395.

⁸ Afonso Henriques de Lima Barreto, *Numa e A ninfa*. Disponível em www.dominiopublico.gov.br, p. 34, acessado dia 15 de março de 2010. Sílvia Noronha também fez uma interessante, apesar de breve, análise sobre os ritos de embarque e desembarque de figuras políticas, ressaltando que eram situações para demonstrações públicas de lealdade, em “A Raposa e a Águia – J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira república”, Dissertação, Programa de Pós-graduação em História da UFBA, 1999.

⁹ Rui Barbosa, *Excursão eleitoral aos estados da Bahia e Minas Gerais – manifestos a nação*. São Paulo: Casa Garraux, 1910, p.45.

A ingratidão da “raça emancipada”.

Foi inebriado com a significativa adesão ao civilismo, admitindo a derrota e disposto a divulgar suas ideias sobre os novos tempos, que Rui Barbosa seguiu para São Paulo. Já no embarque o clima era tenso apesar da multidão festiva. Ameaças e tentativas de homicídio por motivação partidária não faltavam no período. Durante uma viagem deste tipo o risco de sofrer atentados era proporcional à distância a ser percorrida. Temia-se que opositores conspirassem contra a vida daquele homem franzino, sexagenário e cuja saúde desde juventude exigia muitos cuidados. Havia razões para tanto. Dias antes um civilista anônimo escreveu-lhe, com pressa e preocupação, contando que setenta e dois capoeiras teriam “sido embarcados” justamente do Rio de Janeiro para São Paulo, com o único intento de tumultuar os comícios.¹⁰ Rui Barbosa deve ter recebido a informação com apreensão mas sem surpresa. Aquela não foi a primeira, nem seria a última vez que esteve às voltas com os capoeiras.

Na década de 1880, quando já se destacava nas fileiras liberais, em várias ocasiões ele denunciou a presença capoeiras, agenciados como de capangas, sob as ordens de lideranças do partido conservador. Segundo Carlos Eugênio Soares, embora a recorrência aos capangas não lhes fosse exclusiva, os conservadores costumavam contratar grupos de praticantes de capoeira para intimidar seus adversários e controlar os resultados eleitorais. A presença da malta em torno de chefes políticos era mais acintosa do que a do matador disfarçado ou fardado, dirá o autor.¹¹ Recrutado entre a população pobre e de cor, o capanga era contratado por figurões dispostos a prevenir-se, mas também a exibir poder de fogo frente a inimigos e até aliados. Richard Graham também comenta a participação dos capangas nas disputas eleitorais no século XIX e recupera um dos sentidos do termo na época: “indivíduo que se lança nas lutas eleitorais

¹⁰ Carta anônima, CRE 11/2, doc 65, 19 de dezembro de 1909, Fundação Casa de Rui Barbosa.

¹¹ Carlos Eugênio Líbano Soares, *A Negregada instituição – os capoeiras na corte imperial (1850-90)*. Rio de Janeiro: Acess, 1999, p.233. O autor analisa a relação entre o deputado do partido conservador Duque Estrada Teixeira e a malta Flor da Gente. Gabriela dos Reis Sampaio também aborda este aspecto da vida política carioca especialmente na década de 1870. A autora ao analisar a rede de relações de Juca Rosa, importante líder religioso do Rio de Janeiro oitocentista, considera que “políticos liberais, autoridades do governo, [...] e também outros letrados que se manifestavam nos jornais, tentavam combater os capangas dos políticos conservadores, denunciando e perseguindo as maltas, fazendo com os capoeiras necessitassem da proteção de seus padrinhos políticos.” *Juca Rosa – um pai-de-santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, p. 140.

em busca de salário e muito mais ainda por gosto”, sugerindo que poderia se tratar de uma forma deliberada de inserção dos homens pobres e de cor na política oitocentista.¹²

Rui Barbosa, desde a abolição, estava muito incomodado com o envolvimento dos egressos da escravidão nos negócios da política. O medo de que disputas partidárias se transformassem em conflito racial passou a ser recorrente nos seus discursos. Ele temia que os encaminhamentos da lei Áurea acabassem sendo canalizados para o enfrentamento, comprometendo a paz social assentada em arranjos de deferência e subalternidade construídos durante séculos de escravismo e reiterados durante o processo emancipacionista. Enquanto ainda se comemorava a lei Áurea ele pedia às autoridades e abolicionistas que tivessem atenção aos desdobramentos do treze de maio para não surgir no Brasil o "ódio entre as raças".¹³ Tal alerta foi melhor explicitado quando a Guarda Negra passou a constar da cena nacional.

Atento e descontente com a movimentação em prol da causa monarquista, Rui Barbosa insistia, principalmente nas páginas do *Diário de Notícias* - onde era editor chefe -, na eminência dos partidarismos escaparem do campo da política. Para convencer aos seus leitores sobre o perigo da organização de homens de cor em prol da monarquia, ele sinalizava para a grave divisão racial que a guarda negra encarnava. É evidente que este partidarismo não obedecia a tal fronteira racial, e Rui bem o sabia. Não faltaram negros que aderiram ao movimento republicano, tão pouco brancos apegados ao poder imperial. Nem por isto um certo tom alarmista perdia sentido. O seu artifício discursivo era o de dar fôlego à inquietação e incerteza que marcaram o pós abolição, racializando o posicionamento de alguns libertos, interpretando como prova de subalternidade os vínculos que eles demonstravam ter em relação à família imperial, tidos como marcas do passado escravista e da descendência africana.

Naquele contexto os termos "raça emancipada", "resgatados", "gente de cor" e "homens de boa conduta" para designar os egressos da escravidão foram freqüentes nos

¹² É interessante assinalar que o termo capanga, de origem banto, também designa um espécie de bolsa usada próxima ao corpo, onde poderiam ser guardadas punhal, amuleto e alimentos. Câmara Cascudo, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, São Paulo: Ediouro, 1998, p.239. Richard Graham, *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 185. O envolvimento dos capoeiras nas eleições oitocentistas também foi comentado por Manoel Querino, *A Bahia de outrora*. Salvador: livraria Progresso, s/d, pp.163-168.

¹³ A minha análise sobre as precauções de Rui Barbosa acerca das conseqüências da abolição estão em Wlamyra R. de Albuquerque, *O Jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 94

textos publicados por Rui Barbosa, o que pressupunha certa homogeneidade social pautada pela condição racial e pela escravidão. Mas estamos cientes de que quando a abolição foi decretada, além dos que foram alforriados no dia 13 de maio, já existia entre a população de cor significativo número de libertos e outros tantos nascidos livres, que jamais vivenciaram o cativeiro. Já em 1872, na Bahia, quarenta e um por cento da população livre era composta por descendentes de africanos.¹⁴ Daí que não é difícil admitir que na categoria "raça emancipada" estavam sendo incluídos sujeitos com experiências e projetos bastante distintos.¹⁵

Mas para Rui Barbosa, a escolha de termos parecia subordinada à virulência do discurso, aos destinatários e/ou a importância que se pretendia dar a ação da Guarda Negra. Para desqualificá-la, nos momentos de maior agitação social, o jurista se ancorava nas certezas e no vocabulário do racismo científico. Daí assinalar num artigo intitulado "A coroa e a guerra das raças" a "pobreza do espírito da classe que saiu do cativeiro em estado de infância mental", quando ele buscava a cumplicidade do seu público quanto aos papéis políticos reservados "à raça emancipadora" e "à emancipada". A uns iluminar as trevas; esclarecer, aos outros, se deixar conduzir para longe da "estupidez e fereza dos desertos da África", reconhecendo e agradecendo aos seus verdadeiros libertadores. Noutra ocasião ele tentava convencer aos próprios libertos sobre a gratidão devida ao assinalar que a "raça negra" não pode se comportar como algoz "da nação que a libertou."¹⁶ Deste modo, reiterava o quanto os limites de autonomia previstos para a "raça emancipada" deveriam ser pautados pela gratidão.

A esta altura seria razoável se o leitor concluísse que Rui Barbosa estava convertido pelos postulados da ciência reinante e apenas interpretava as controvérsias do pós-abolição a partir das teorias raciais. Bastaria, então, encerrar aqui este texto considerando o quanto as concepções científicas conformaram as leituras e ações das principais figuras do abolicionismo, inclusive Rui Barbosa. Entretanto, tal conclusão, além de apressada, perderia de vista as sutilezas do jogo político da época, quando a condição de cidadania dos homens de cor estava num campo de disputas, sendo

¹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Recenseamento Geral de 1872*.

¹⁵ Autores como Hebe Maria Mattos e Walter Fraga Filho abordam em seus trabalhos estes projetos e trajetórias desta população egressa do cativeiro no contexto emancipacionista e no pós-abolição ver, respectivamente, *Das Cores do Silêncio e Encruzilhadas da liberdade*.

¹⁶ Barbosa, "A guerra das raças", in *Obras Completas*, Tomo II, p. 326.

configurada e delimitada por diferentes sujeitos sociais, - principalmente por eles mesmos -, a partir de memórias da escravidão, do processo emancipacionista e das expectativas sobre a sociedade republicana. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar o modo obstinado pelo qual os bacharéis que sustentaram a bandeira abolicionista se auto designaram como protagonistas da redenção nacional.¹⁷ Neste sentido a mobilização dos libertos da guarda negra punha em discussão os papéis sócio-raciais e comprometia certa política de domínio que reiterava a condição de subalternidade esperada da população de cor.

No primeiro aniversário da abolição, Rui Barbosa avaliava os ganhos do treze de maio e concluía que “o escravo teve papel autonômico na crise terminativa da escravidão” e foram os próprios resgatados que “constituíram o fator dominante na obra de redenção de si mesmos”.¹⁸ Tem-se, aqui, de modo explícito o reconhecimento da autonomia e do protagonismo dos “resgatados.” É, assim, curiosa a sinuosidade discursiva do nosso jurista. Ao escravo, personagem que juridicamente já não existia, eram atribuídas autonomia e vanguarda, ao liberto filiado às suas aspirações republicanas, boa conduta; mas para os que não compartilhavam dos seus propósitos restava a censura, a marca racial e cultural do passado escravo. Nesta perspectiva, antes o escravo empenhado em garantir sua alforria ao liberto disposto a participar dos negócios da política. A sua estratégia era a de enaltecer o papel dos escravos na conformação dos novos tempos, mas de também assinalar o quanto era importante reiterar a gratidão devida dos resgatados, da raça emancipada, aos abolicionistas.¹⁹

¹⁷ A este respeito é indispensável a discussão proposta em Célia Maria Marinho de Azevedo, *Abolicionismo - Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (séc XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, especialmente cap. IV.

¹⁸ *Diário de Notícias*, 13 de maio de 1889.

¹⁹ Sobre a disputa pelo legado abolicionista ver, por exemplo: Lilia M. Schwarcz. “Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades do processo de abolição no Brasil”, in. Gomes e Gomes, *Quase- cidadão*; Robert Daibert Junior, *Isabel – a ‘ Redentora ’ dos escravos*. Bauru, São Paulo: EDUSC, FAPESB, 2004; Célia Maria M. Azevedo, “Abolicionismo e memória das relações raciais”, in. *Revista Estudos Afro- Asiáticos*, Rio de Janeiro: CEEA, nº 26, setembro/ 1994.

Os capangas e os negócios da política.

Diante da incansável campanha de Rui pela prisão e mesmo deportação de capoeiras e capangas para o Acre, Fernando de Noronha e Mato Grosso, outro correspondente anônimo, que assinava “um brasileiro” resolveu escrever-lhe. O autor começa solicitando ao redator chefe do *Diário de Notícias* que ele avaliasse questões que muito interessavam à sociedade, por evidenciar tanto a arbitrariedade policial, quanto “as conseqüências funestas que uma administração inepta pode trazer à política do país.” Passa então a enumerar suas críticas ao projeto repressivo. A primeira delas é sobre a imperícia policial que, “após a lei de treze de maio”, deportava nacionais “sob qualquer pretexto ou motivo honesto”. Por isto, questiona:

Será lícito proceder a deportação de nacionais para longínquas regiões, pretextando-se má conduta ou falta de sujeição a lavoura, isto quando se faz enormes dispêndios para trazer ao império os imigrantes de má conduta que os agentes oficiais recolhem nas camadas européias?

Vê-se que esse brasileiro, nada receptivo aos imigrantes, não concordava com os planos previstos para os trabalhadores nacionais amplamente debatidos depois da abolição. O correspondente anônimo também revelava compartilhar com Rui Barbosa a prudência extremada acerca das fronteiras raciais. Por isto, lançava a seguinte questão: “Não será perigosa a deportação sistemática de homens de cor para províncias longínquas mas próximas a terras inimigas como seja o Paraguai, onde a população também é composta de gente de cor? [...] Se em Mato Grosso houver um oficial negro inteligente e ambicioso não entregará o exército ao povo para libertar-se e odiar aqueles que o excluíram do seu seio?” A sua conclusão é que “a discussão destas questões traria talvez o maior interesse ao povo oprimido por uma polícia vexatória, por um governo inepto, e pela odiosa cauda de D. João VI, sempre inimiga das gentilhas, que são os homens de cor.”²⁰

A referência nada lisonjeira à família real sugere a inclinação republicana deste brasileiro disposto a sensibilizar Rui Barbosa, a partir dos mesmos argumentos sobre o perigo racial que em 1889 o jurista, cotidianamente, repisava nas folhas matutinas. O interessante é notar o quanto o autor anônimo pressupõe que os homens de cor estavam racialmente irmanados para além das fronteiras nacionais. A sua desconfiança sobre o

²⁰ Carta anônima enviada a Rui Barbosa, CRE 11/4, doc 155, s/d, Fundação Casa de Rui Barbosa.

perigo das deportações estava assentada na suposição de uma identidade racial que se sobrepunha ao pertencimento nacional. Neste sentido esse brasileiro atribuía à “gentalha” a condição de ameaça a paz no país, aproximando-os dos estrangeiros, dos “imigrantes de má conduta” que, segundo ele, estavam sendo agenciados para o Brasil. O conceito de classes perigosas discutido por Sidney Chalhoub parece sobrevoar a carta do correspondente de Rui, que, muito provavelmente, a leu e releu. A população pobre e de cor, sujeita à deportação, aparece como potencialmente perigosa, sempre na iminência de comprometer a ordem.²¹

Ele mal supunha que, consumada a República, aumentariam consideravelmente as deportações de capoeiras e capangas, especialmente dos partidários da monarquia. E ainda assim a capangagem continuou a pôr Rui Barbosa na roda dos capoeiras nos dias republicanos.

Embora ainda não seja possível informar ao leitor se a denúncia anônima acerca dos setenta capoeiras “embarcados” em 1909 do Rio para São Paulo realmente se cumpriu, não há como negar que ela tinha fundamento. Crônicas, editoriais e charges publicadas nos jornais da época contam sobre o trânsito de “desordeiros”, “navalhistas”, da “gente miúda” nos gabinetes de homens poderosos da primeira república. Uma sugestão neste sentido nos é dada pelo polêmico escritor Afonso Henrique de Lima Barreto, mulato, nascido a 13 de maio de 1881, que marcou a vida literária da primeira república.

Em 1909, enquanto a campanha civilista entusiasmava os jovens anti-militaristas, Lima Barreto publicava o seu primeiro romance, *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. O livro, como o próprio autor esclarece numa carta para seu editor em Lisboa, foi feito para mostrar que “um rapaz nas condições de Isaiás, com todas as disposições, pode falhar, não em virtude de suas qualidades intrínsecas, mas batido, esmagado, prensado pelo preconceito.” O autor esperava que *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* fosse útil para ridicularizar parte do meio jornalístico e pudesse “opor argumento a argumento, a favor das pessoas que tiveram o mesmo nascimento que o seu.”²² A inquietação frente a condição social da população de cor e a crítica às

²¹ Sidney Chalhoub discute o conceito de classes perigosas em *Cidade Febre*, op cit; e em “Classes Perigosas”, *revista Trabalhadores*, nº 6, p. 2-22, 1999.

²² O romance mais conhecido de Lima Barreto é *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), no qual a crise do Império e a emergência da elite republicana compõem o ambiente da época. Há várias

hierarquias raciais são explícitas nas crônicas e romances de Lima Barreto. Em “diário íntimo” ele ironiza sobre a crença nas teorias raciais da seguinte maneira:

Vai se estendendo pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e outras inferiores, e que esta inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães. Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando nessa nossa lúcida idade, o prestígio do latim na idade média.²³

Este autor, descrente do determinismo biológico e disposto a “opor argumento a argumento”, publicou em 1911, o conto “Numa e a ninfa” na *Gazeta da Tarde*. A crítica, o tom irônico com que ele se refere à eleição de Hermes da Fonseca garantiu-lhe o convite de Irineu Marinho, proprietário do jornal *A Noite* e civilista convicto, para a publicação de um romance com o mesmo tema. Entre março e julho de 1915, o texto em formato de folhetim foi publicado no jornal de Marinho, onde se lia a crítica sem rodeios ao poder esbanjado pelos militares na disputa eleitoral de 1910.²⁴

O protagonista é Nuno Pompílio de Castro, bacharel em direito que aspira ascensão social por meio do título de doutor. Por meio de artimanhas, de malabarismos escusos, o bacharel assume o posto de promotor e inicia a sua escalada política ao se casar com Edgarda, filha do senador Neves Cogominho. A situação privilegiada e as alianças partidárias engendradas pelo sogro asseguraram a vaga na câmara dos deputados ao genro.

Outro personagem igualmente ambicioso, porém bem menos afortunado é

pesquisas que exploram a obra de Lima Barreto ver dentre muitos: Beatriz Resende, *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Campinas, Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Editora da URJ, 1993 e Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003. Lima Barreto também é reiteradamente referido pelos autores que abordam desde a vida literária e a crítica social na primeira República dentre eles, Jeffrey Needell que define Lima Barreto como autor auto-biográfico e marginal em *Belle Époque Tropical – sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século* e Sidney Chalhoub que acentua a crítica mordaz presente nos textos deles, especialmente no período da revolta da vacina em *Cidade febril – cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, especialmente o capítulo 3.

²³ Lima Barreto, “Diário íntimo”, in. Lima Barreto, *Prosa Seleta*, Eliane Vasconcelos (org.), Rj: Nova Aguilar, 2001. Barbosa, autor da mais conhecida e documentada biografia de Lima Barreto, inventariou a biblioteca dele e localizou dentre os vários títulos em francês, inglês e alemão, obras de Darwin e Gobineau. Lima Barreto também era freqüentador costumeiro da biblioteca nacional. Sobre a “militância” literária de Lima Barreto ver Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²⁴ Para saber mais sobre as disputas partidárias na Primeira República consultar, dentre os muitos títulos sobre o tema: Boris Fausto (dir.). *O Brasil Republicano*, vol 2, (1889-1930). São Paulo: Difel, 1982; Jorge Ferreira e Lucília de Almeida N. Delgado (org). *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Lucrécio, carpinteiro de poucas posses, que aconselhado por um amigo torna-se capanga. Ele é um mulato que também almeja ascender: anseia se tornar funcionário público, mas está ciente de que sua sorte só pode ser mudada por um figurão, alguém superior que possa lhe retribuir a proteção de capanga com o cargo no governo, mais provavelmente na polícia.

Lima Barreto conta que a capangagem abriu os olhos de Lucrécio. Até então ele julgava que “esse negócio de política era para os graúdos, mas o amigo lhe afirmou que todos tinham direito a ele, estava na constituição.”²⁵ Tal exercício constitucional se dará na vida de Lucrécio Barba de Bode por meio de agitações na Câmara, fraudes eleitorais e assassinatos. Ao longo da trama o autor transfigura em Lucrécio a desilusão com que um homem pobre e de cor investigava o mundo do pós-abolição. Num dos vários momentos de contemplação da personagem, ele observa longamente seu filho enquanto pergunta “de si para si”: que vai ser dele? E logo depois lhe vem “o ceticismo desesperado dos imprevidentes, dos apaixonados e dos que erraram; há de ser, como os outros, como eu e muita gente. É a sina!”²⁶ O lugar subalterno e degradante reservado àquele homem de cor ganha dramaticidade quando a personagem tenta discursar diante de um destes graúdos, o senador Madureira, e o máximo que consegue é lançar aos pés dele tudo que guardava no estômago, vomitando os bons tragos que havia ingerido ao longo da noite. O chefe de polícia quis prendê-lo; logo foi dissuadido deste intento pelos demais convivas. Não era para tanto, não faria bem a ninguém ver Lucrécio na prisão.²⁷

Se apostarmos na lealdade do civilista anônimo atento à movimentação dos capangas e mergulharmos na sátira mordaz de Lima Barreto podemos imaginar que o suposto grupo posto no encalço de Rui Barbosa, bem que poderia abrigar um ou outro Lucrécio. Seriam homens de cor que, refazendo velhas estratégias de subalternidade e deferência, se moviam nas rodas da sociedade republicana, prestando serviços poucos

²⁵ Lima Barreto, *Nuna e a Ninfa*, p. 40. Lima Barreto descreve da seguinte maneira a rua onde Lucrécio vivia: “morava na Cidade Nova, triste parte da cidade, antigo charco, aterrado com detritos e sedimentos”. Quando chove “os móveis bóiam e saem pelas janelas boiando, para se perderem no mar, ou irem ao acaso encontrar outros donos.” Ali estava a “população de cor, composta de gente de fracos meios econômicos, que vive de pequenos empregos mas a eles se vieram juntar imigrantes italianos e de outras procedências.” P.29

²⁶ Lima Barreto, *Nuna e a Ninfa*, P.41.

²⁷ Lima Barreto, *Numa e a Ninfa*, p. 57.

nobres, mas se fazendo presente no jogo político. Deste modo, a voz passiva reservada aos supostos capoeiras que iam do Rio de Janeiro para São Paulo, “o terem sido embarcados”, a ênfase no suposto caráter manipulável dos homens de cor, encobria sujeitos que tentavam alargar os limites de autonomia e liberdade previstos pela política de domínio em gestação na sociedade brasileira deste o processo emancipacionista e que ganhou maior visibilidade no pós-abolição .

Também desconfiado da periculosidade desta gente, o Partido Republicano de São Paulo precaveu-se: cercou seu candidato de correligionários, planejou exposições em lugares com público confiável, a exemplo da Faculdade de Direito. Ali Rui Barbosa inaugurou lápides comemorativas com seu próprio nome, mais o do visconde de Rio Branco e Joaquim Nabuco, ilustres figuras do Estado Imperial formados dentro dos muros da faculdade paulista. Diante daquela platéia de futuros bacharéis, que se presumiam tão notáveis quanto seus antecessores, Rui Barbosa explicitou as duas questões que passaram a ser a tônica da campanha, o legado abolicionista e a importância de fazer valer o bacharelismo sobre o militarismo na condução da república. Enlaçando a sua trajetória como abolicionista, republicano e civilista ele emocionou o público ao declarar: “se abracei a República, foi na esperança de a ver mais inclinada à liberdade que à monarquia. Se da república não me divorcio, é porque espero sempre chegarmos pelo caminho da república à liberdade.”²⁸

Depois de São Paulo, a próxima parada da caravana civilista foi Salvador. A chegada a bordo do vapor Astúrias foi apoteótica.²⁹ Conta-se que centenas de “jovens, mulheres e homens do povo” lotaram o navio da Navegação Baiana para recepcioná-lo já na entrada da barra. Segundo Sílvia Noronha, entre a chegada e o desembarque, foram consumidas quase cinco horas em homenagens, apresentações de bandas de música, brindes e discursos. Era o mais ilustre filho da terra, como os jornais que o apoiavam enfadonhamente repetiam, que retornava para lhe declarar apoio na corrida

²⁸ Rui Barbosa, “Excursão eleitoral”, *Obras Completas*, v. XXXVII, p.39.

²⁹ Ao saber da candidatura de Rui Barbosa, de Paris, Severino Vieira escreveu para o governador da Bahia, José Marcelino: “O nosso Rui , se tivesse elementos, devia ser sustentado por nós, embora a minha convicção de que ele não seria a mais acertada escolha. Rui se impõe à admiração de todos pelo seu talento e erudição; porém, não é, nunca foi, e não poderá mais ser um estadista.”. Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*, p. 352.

presidencial.³⁰ A comissão popular foi liderada pelo professor Torquato Bahia, que o recebeu com mais um discurso no qual, declarou enfaticamente: “O povo [...] pede-vos que, assim como destruístes a cidadela negra do escravismo – sentinela dos nossos direitos não consintas que se acorrente ao cárcere escuro do egoísmo político a liberdade civil. Era horrorosa a servidão do negro. Mais abominável é o cativo civil”.³¹ Era o chamado que Rui Barbosa já esperava à linha de continuidade da missão abolicionista a ser concluída. Empenhada em reforçar o prestígio do civilista, a multidão o seguiu em cortejo até o Palacete da Mercês, residência oficial do governador José Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911), seu aliado político.³²

Dez anos depois, em 1919, quando novamente concorria à presidência da república, Rui Barbosa retornaria a Bahia em campanha e encontraria uma cena política que lhe era hostil. O clima político local era ainda mais tenso e a aversão a Rui Barbosa pelos seabristas era tamanha que resultou em conflito e feridos durante um comício. O confronto aconteceu no dia 25 de março durante um comício na Praça do Palácio, quando seus aliados estavam todos reunidos, embora o candidato não estivesse presente, pois só chegaria a Salvador no dia 10 de abril. Mal começaram os discursos e teve início o tiroteio e a correria, no qual Simões Filho, o fundador do jornal *A Tarde*, foi ferido.³³ O confronto ganhou repercussão nacional, uma vez que envolvia um candidato à presidência e seus correligionários. Não tardou para que dois acusados fossem identificados: Inocêncio Sete Mortes e Carestia de Vida, ambos com longo currículo de contravenções, como se pode supor pelos codinomes.³⁴

Era de se esperar que, frente a gravidade da situação, os cuidados em relação a

³⁰ *A Bahia*, 15 de janeiro de 1910. Noronha, “A Raposa e a Águia”.

³¹ “Rui Barbosa na Bahia, recepção promovida pela comissão popular”, documento impresso, doc 82-5, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, p. 82.

³² João Ferreira de Araújo Pinho era diplomado pela Faculdade de Direito de Recife, proprietário de terras em Santo Amaro, cidade do Recôncavo baiano. Sobre a sua trajetória política ver: Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001, p.318-321.

³³ Consuelo Novais Sampaio define a disputa governamental de 1908 como a mais ferrenha da Primeira República. “A luta esta sendo travada em campo aberto entre Rui Barbosa e Seabra”, em *Partidos Políticos*, P. 107. Para entender a política partidária da época ver também Aldrin Castelluci, “Salvador dos operários – uma história da greve geral de 1919 na Bahia”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em História, 2001.

³⁴ Casa de Rui Barbosa, *Rui Barbosa – cronologia da vida e obra*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1999, p.214.

segurança de Rui Barbosa na Bahia fossem redobrados. Mas uma das providências adotadas foi de fato inusitada. Quando já estava de volta ao Rio de Janeiro, aliviado por não ter sido alvo de Sete Mortes nem de Carestia de Vida, ele agradeceu a um certo Gutemberg Sampaio, empregado do comércio da praça de Salvador da seguinte maneira:

Entre tantas demonstrações de carinho e devoção com que tem me honrado, estes dias a Bahia, na unanimidade moral da sua adesão à minha candidatura, contrariando somente pelos elementos oficiais, nenhuma tive por mais honrosa do que a organização da **Guarda Branca**, com que **a flor dos moços empregados no comércio** desta capital me cerceou desde o meu desembarque, exercendo, ao mesmo tempo, tão útil papel na manutenção da ordem entre as grandes multidões aqui reunidas, sempre animadas pelos mais exemplares sentimentos de entusiasmo cívico e apego aos direitos populares.³⁵

A organização de uma Guarda Branca para defender o ilustre e frágil Rui Barbosa das investidas dos capangas recrutados por Álvaro Cova é um capítulo intrigante desta história. Infelizmente ainda não foi possível reconhecer na documentação quem compunha a “flor dos moços empregados no comércio”, mas nem por isso passa despercebida a clivagem estabelecida entre a proteção “honrosa” que eles representavam e a comprometedora companhia de “capadócios” como Inocêncio Sete Mortes e Carestia de Vida. Obviamente, o batismo da guarnição como guarda branca estava referenciada nos grupos de libertos que tentaram, em vão, garantir a manutenção da monarquia. Embora tenham garantido a segurança do respeitado e velho civilista, também foi vão o esforço dos moços do comércio em promoverem a sua candidatura. Rui Barbosa perdeu a eleição para Eptácio Pessoa. Novo século, outro fracasso eleitoral. Ao nosso abolicionista restava lamentar “é a paga” por lutar pela liberdade!

³⁵ Rui Barbosa, *Campanha presidencial*. Rio de Janeiro: Editora Catalina, p. 106. Grifos meus.